



**FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA
BRANCA-AL**

Jessica Lima Feitoza¹
jessik.lf@hotmail.com

Noélia Rodrigues dos Santos²
noeliar1@gmail.com

RESUMO

Anualmente é crescente o número matrículas de estudantes com necessidades educacionais em escolas regulares. Estes alunos compõem a população da educação especial e tem direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE, por sua vez, está previsto na Lei e tem corrido nas escolas de educação básica. Dessa forma, surgiu o questionamento sobre como este tem se efetivado nessas instituições. Na busca por respostas, foi realizada uma pesquisa junto a uma escola de educação básica localizada no município de Água Branca-AL e tivemos a participação do professor responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) que respondeu a um questionário. O objetivo foi compreender a organização e o funcionamento da sala de recursos do município de Água Branca – AL. As respostas obtidas nos permitiu a elaboração de três categorias de análise: 1) Clientela atendida e funcionamento da sala de recursos, 2) Articulação com Professores e Família e 3) Dificuldades. AEE envolver alguns desafios, porém, isso não impede que este seja oferecido de forma eficiente e satisfatória e promova o desenvolvimento e a inclusão social.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Sala de Recursos Multifuncionais.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente assistimos ao crescente número de estudantes com necessidades educacionais matriculados em escolas regulares e assim, caracterizam a população da Educação Especial. A Lei 9.394 de Diretrizes e Base da Educação estabelece que deve haver, quando necessário, serviços de apoio especializado a esses estudantes, de forma a atender suas peculiaridades. Afirma que é dever do estado a garantia de

¹ Graduanda em pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL

² Professora Assistente da Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, p. 09).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) pode ocorrer numa sala específica dentro da instituição de ensino ou fora dela, pois, este pode ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado público ou privado, que tenha convênio com a secretária de educação do município contemplado pelo Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, este sendo instituído pelo MEC/SEESP por meio da portaria Ministerial nº 13/2007, que também integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Sendo assim, considerando que o atendimento educacional especializado está previsto na Lei, nos questionamos sobre como este tem se efetivado nas escolas brasileiras. O que os professores das salas de recursos multifuncionais têm a nos dizer sobre seu trabalho?

Buscando responder ao questionamento, foi realizada uma pesquisa junto a uma escola de educação básica localizada no município de Água Branca-AL e tivemos a participação do professor responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), que respondeu a um questionário. Nosso objetivo foi compreender a organização e o funcionamento da sala de recursos do município de Água Branca – AL. Mediante as respostas obtidas elaboramos três categorias de análise: 1) Clientela atendida e Funcionamento da sala de recursos, 2) Articulação com Professores e Família e 3) Dificuldades. O AEE, por meio do funcionamento da sala de recurso multifuncionais, revela-se como um recurso importante na promoção do desenvolvimento dos alunos e na inclusão social.

2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação foi historicamente caracterizada com base na visão de uma escola que se limitava a poucos, de forma que o acesso às escolas e a educação era apenas para pessoas ditas “normais”, que não possuíam nenhuma deficiência, advindos de famílias que tivessem certo poder aquisitivo ou que tinham influências na sociedade. Deste modo, uma exclusão foi legitimada nas práticas educacionais e nas políticas sociais implantadas. Segundo Mantoan (2003, p. 13):

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela.

A partir do processo de democratização da escola, os sistemas de ensino passaram a ser universalizados; em consequência, o paradoxo de inclusão e exclusão passou a ser evidenciado, visto que os sujeitos pertencentes a grupos considerados “fora dos padrões” e, ou “socialmente diferentes” continuavam a ser excluídos das instituições de ensino. Para mais, Mantoan (2003, p. 13) diz que:

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica desta organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe.

Neste sentido, ainda segundo a autora, para que aconteça esta reviravolta seria necessário “a extinção destas categorizações e das oposições excludentes, iguais X diferentes, normais X deficientes e, em nível pessoal” (MANTOAN, 2003, p. 14), deveríamos então buscar fazer uma articulação e uma interdependência entre as partes que entram em conflito no nosso pensamento, nas nossas ações e sentimentos, pois, ao adotarmos este tipo de atitude, estaríamos automaticamente remoldando práticas típicas das escolas tradicionais, assim como, de atitudes que venham a ser perpassadas no decorrer da formação do educador.

Inicialmente a educação especial foi organizada como atendimento educacional especializado, com a finalidade de substituir o ensino comum.

A organização da Educação Especial sempre esteve determinada por um critério básico: a definição de um grupo de sujeitos que, por inúmeras razões, não corresponde à expectativa de normalidade ditada pelos padrões sociais vigentes. Assim, ao longo da história, ela constitui uma área da educação destinada a apresentar respostas educativas a alguns alunos, ou seja, àqueles que, supostamente, não apresentariam possibilidades de aprendizagem no coletivo das classes comuns, que foram, entre outras denominações estigmatizantes, rotulados como excepcionais, retardados, deficientes. (BRASIL, 2006, p. 17)

As diferentes compreensões referentes ao assunto abordado aqui nesta pesquisa, levou a criação das instituições especializadas, de classes especiais e escolas especiais, este, sendo fundamentado no conceito de “normalidade/anormalidade”. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 6), este fator determina as formas de atendimento clínico terapêutico que é fortemente ancorado em testes psicométricos, e que, por meio do diagnóstico, define as práticas escolares para os estudantes com deficiência.

[...] as primeiras práticas científicas de atenção à pessoa com deficiência tinham como finalidade sua segregação, em instituições, para cuidado, proteção ou tratamento médico, caracterizando o **paradigma da institucionalização**, que vigorou aproximadamente por oito séculos, durante parte da Idade Média até o início do séc. XX (BRASIL, 2004, apud BRASIL, 2006, p. 6).

Desde o início até os dias atuais, as políticas públicas que norteiam a Educação Especial têm passado por modificações e reformulações, todas no sentido de garantir a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais ao ensino regular, buscando efetivar uma educação verdadeiramente inclusiva.

2.1 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) em geral, ocorre na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), tendo como público alvo alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, que estejam matriculados na escola de ensino regular. Como exposto no documento das Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2009, p. 2), onde diz que são considerados público do AEE:

- a) Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b) Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

c) Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

O AEE busca complementar a formação dos alunos, tendo em vista a valorização de sua autonomia e independência dentro e fora da escola. Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 16) o AEE “tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”.

Conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola de ensino regular deve estabelecer a oferta do AEE, prevendo na sua organização:

- I. Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II. Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III. Cronograma de atendimento aos alunos;
- IV. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V. Professores para o exercício do AEE;
- VI. Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII. Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Nosso país tem avançado quando a legislação na área de educação inclusiva. A proposta é garantir o acesso e permanência de estudantes com necessidades educacionais no sistema de ensino regular. O AEE é um dos recursos que contribui para que estes alunos permaneçam na escola, contribuindo para o desenvolvimento e aprendizagem dos mesmos.

3 METODOLOGIA

Nossa pesquisa é de natureza qualitativa, pois nos permite explorar de maneira mais aprofundada atitudes e hábitos, crenças e valores presentes no universo da pesquisa, pois esta “trabalha com o universo de significados, motivos,

aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2012, p.21).

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, que foi realizado numa escola de educação básica. De acordo com Gil (2002) por meio do estudo de caso é possível ter uma visão geral da realidade da escola pesquisada diante do tema proposto, bem como identificar possíveis fatores que influenciam nessa realidade.

Nosso estudo foi realizado numa escola localizada no município de Água Branca-AL. A instituição foi escolhida por ser a única unidade no município que oferece Atendimento Educacional Especializado. Assim sendo, esta fica responsável por atender todas as demandas da cidade. Esta instituição conta com uma sala de recursos multifuncionais e dispõe de um professor especialista.

O responsável pela sala de recursos multifuncionais é o professor João³, que é graduado em pedagogia e pós-graduado em Atendimento Educacional Especializado (AEE) e possui mais duas pós-graduações em educação especial. Este professor traz em sua bagagem uma experiência de doze anos na área da educação especial e desenvolve o seu trabalho como muito amor e dedicação.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante as respostas dadas pelo professor, permitiu a elaboração de três categorias de análise, são elas: 1) Clientela atendida e Funcionamento da sala de recursos; 2) Articulação com Professores e Família e 3) Dificuldades.

4.1 CLIENTELA ATENDIDA E FUNCIONAMENTO DA SALA DE RECURSOS

Na sala de recursos onde ocorreu a pesquisa 22 alunos são atendidos. Estudantes oriundos da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. São 16 alunos do sexo masculino e 6 do sexo feminino. São alunos com deficiência intelectual, física, auditiva e múltiplas, com autismo, com dislexia e hiperatividade.

Para o desenvolvimento das atividades proposta pelo Professor João, a sala de recursos possui mobiliário composto por: armário, três birôs, uma mesa redonda com cinco cadeiras, uma TV e dois computadores. Conta também com materiais

³ Nome fictício para preservar sua identidade.

didáticos e pedagógicos utilizados para trabalhar, números, letras, o corpo humano, etc; recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos que são público alvo da Educação Especial.

O horário de atendimento da sala de recursos onde a pesquisa foi realizada é diurno, tendo início às 8:00 e terminando às 11:00 da manhã e no período da tarde, das 13:00 às 16:30. De segunda a quinta-feira. Às sextas-feiras do mês são divididas para as seguintes atividades: estudos compartilhados na Secretaria Municipal de Educação (SEMED); planejamento do AEE e para reunião com os pais e visitas domiciliares caso necessário.

O atendimento na sala de recursos multifuncionais deve acontecer no horário contrário ao das aulas na classe regular, pois, a sala de recursos não substitui a mesma. Tendo em vista que o AEE representa um recurso complementar, que tem como objetivo desenvolver um trabalho específico, de modo a explorar as habilidades e dificuldades de cada criança, assim, levando-as a superar as suas limitações. (BRASIL, 2010, p. 6)

O trabalho na SRM pode ser desenvolvido tanto em grupo, como individualmente, o fator determinante para a escola do procedimento metodológico parte da análise, observação e avaliação feita pelo professor. As atividades são desenvolvidas e planejadas com base no Plano de Desenvolvimento individual (PDI) documento constituído por um roteiro de avaliação e intervenção pedagógica para os alunos que frequentam a SMR.

4.2 ARTICULAÇÃO COM PROFESSORES E FAMÍLIA

A importância da existência de uma articulação entre professores e família é indiscutível, pois, é a partir desta que o aluno poderá se desenvolver de modo efetivo, uma vez que, por meio deste contato, que o professor da sala de recursos multifuncionais conhecerá o seu aluno e poderá planejar e desenvolver melhor as atividades de acordo com a necessidade de cada um.

De acordo com o professor João, o contato com alguns professores fica comprometido pelo fato de alguns alunos serem de outras escolas. Deste modo, a falta de contato dificulta o diálogo entre ambos, assim como interesse destes

profissionais. O mesmo não acontece na escola que sedia a SRM, pois, o convívio diário com os educadores e com os alunos favorecem este contato direto.

Na escola onde a pesquisa foi realizada, o plano de atendimento é feito junto com o professor da sala regular. O plano é feito mediante as observações do professor João durante a anamnese e as observações dos professores da sala regular, que com bases nestas observações montam atividades que possam servir de auxílio no desenvolvimento escolar e social do aluno.

O Contato com os pais acontece nas reuniões que são realizadas pelo menos uma vez ao mês. Neste momento o professor João tem a oportunidade de falar sobre os avanços, dificuldades e sobre a convivência dos alunos em contexto geral.

Um grande problema está no preconceito que perdura nos dias atuais, na dificuldade de algumas famílias em aceitar ter um filho com necessidades educacionais especiais, assim como, no comodismo dos professores das turmas de ensino regular, que por vezes invisibiliza o aluno com necessidades por ser mais fácil e cômodo de lhe dar, ao invés de buscar meios e técnicas para utilizar em contrapartida com os estímulos que o aluno recebe na Sala de Recursos Multifuncionais.

Por este motivo, concordamos com Mantoan (2003, p. 31) quando ela diz que

Infelizmente não estamos caminhando na direção da inclusão, seja por falta de políticas públicas de educação, seja por outros motivos menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais e pela acomodação dos professores.

Acreditamos que para que a inclusão de fato aconteça é importante o trabalho em conjunto de professores do ensino regular, professor da educação especial e da família.

4.3 DIFICULDADES

O professor João diz que uma das principais dificuldades identificadas por ele é quando a metodologia não dá certo. Explica que é frequente preparar uma aula e tão logo, tem que partir para o segundo plano, pois o aluno não sentiu-se estimulado, nem tão pouco quis participar das atividades propostas. Outra dificuldade é quando os alunos não tomam o medicamento e acabam ficando agressivos.

Segundo Poker et al (2013) o grande desafio dos professores que assumem a regência da SRM é justamente o de atender a uma população diversificada, e criar condições para que estes se desenvolvam e tenham acesso ao currículo da sala de aula regular.

Os autores defendem a ideia de que, para a escola se tornar de fato inclusiva, o Projeto Político Pedagógico (PPP) deverá passar por reformulação, assim como as práticas institucionais da escola, de modo a inovar o sistema educacional e fazer uma educação mais humana e democrática. Para mais, Mantoan (2003, p. 32) ressalta que:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

Olhar o processo de inclusão escolar em nossas escolas é nos ver diante de um grande desafio para todos que estão na escola. Dessa forma, é necessário e urgente enfrentar esse desafio para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar nossa pesquisa partimos de um: o que os professores das salas de recursos multifuncionais têm a nos dizer sobre seu trabalho? Ouvimos, um professor, que nos disse muito.

Verificamos que nosso professor atende uma clientela muito diversificada. O que por si só já representa um grande desafio, pois cada um desses alunos tem suas especificidades e diferenças, devendo o professor conhecer bem cada um deles para criar seu plano de atendimento.

A sala possui mobiliário e materiais didáticos e pedagógicos para trabalhar diversos conteúdos. Além disso, possui recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos que os alunos que frequentam a sala.

Pela especificidade dessa sala, de atender alunos de outras escolas, verificamos que essa falta de contato com o professor da sala regular se constitui como um problema.

Uma sala de recurso multifuncional que funcione de forma satisfatória pode ser um diferencial para a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, sendo, portanto, um meio de promover o desenvolvimento individual, a inclusão escolar e social.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de currículos Inclusivos**. Curitiba: Secretaria do estado da educação – SEED, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_edespecial.pdf. Acesso em: 10 de Nov. de 2018.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_base_s_1ed.pdf Acesso: 14 de nov. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2012-pdf/9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&ved=2ahUKEwj32o-BiNveAhUffZAKHcSHBnAQFjAAegQIBBAB&usq=AOvVaw2PaLYMcrmfogkrMGle4KQa&cshid=1542445189043>. Acesso em: 10 de Nov 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 10 de Nov. de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

POKER, Rosimar Bortolini et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf. Acesso em:

1

0

d

e

N